



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF GUILHERME HENRIQUE MOTTA RIBAS

**AÇÕES DE COOPERAÇÃO CIVIL - MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO
NA OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO, NO COMPLEXO DA MARÉ NA CIDADE
DO RIO DE JANEIRO.**

**Rio de Janeiro
2019**



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF GUILHERME HENRIQUE MOTTA RIBAS

**AÇÕES DE COOPERAÇÃO CIVIL - MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO
NA OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO, NO COMPLEXO DA MARÉ NA CIDADE
DO RIO DE JANEIRO.**

Trabalho Acadêmico apresentado à
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais,
como requisito para a especialização
em Ciências Militares, com ênfase em
Gestão Operacional.

**Rio de Janeiro
2019**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DESMii
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)**

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: **Cap Inf GUILHERME HENRIQUE MOTTA RIBAS**

Título: **AÇÕES DE COOPERAÇÃO CIVIL - MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO, NO COMPLEXO DA MARÉ NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.**

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em Gestão Operacional, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM _____ / _____ / _____ CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção Atribuída
JOBEL SANSEVERINO JUNIOR - Maj Cmt Curso e Presidente da Comissão	
CARLOS MAGNO SIQUEIRA CARVALHO - Cap 1º Membro e Orientador	
LEANDRO TAVARES LUIZ - Cap 2º Membro	

Guilherme Henrique Motta Ribas – Cap
Aluno

AÇÕES DE COOPERAÇÃO CIVIL - MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO, NO COMPLEXO DA MARÉ NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

Cap Inf Guilherme Henrique Motta Ribas¹

Cap Inf Carlos Magno Siqueira Carvalho²

Resumo

O presente artigo apresenta uma reflexão sobre a importância de utilizar nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) que ocorrem no Brasil conceitos providos da doutrina de Cooperação Civil Militar, conhecida como CIMIC e usualmente utilizadas nas Missões de Paz, em países estrangeiros. As considerações apresentadas estiveram baseadas na Operação São Francisco, ocorrida no Complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro e mostram o quão necessário é expandir o conhecimento sobre a doutrina CIMIC para os militares brasileiros de maneira que tal doutrina possa ser utilizada já nas fases de planejamento de um combate em ambiente urbano e, quando aplicadas, contribua para o êxito na missão. As estatísticas apresentadas pelo Ministério da Defesa apontam que os militares foram acionados pelo Presidente da República para atuarem em atividades internas 136 vezes, de 1992 até o presente ano, o que reforça a necessidade de aperfeiçoar as abordagens em relação às atividades de Cooperação Civil-Militar, já que a proximidade e relacionamento com diversos agentes civis passam a ser o diferencial na missão. Apesar de a doutrina CIMIC brasileira ser jovem, a pesquisa mostra que existe a preocupação do Exército Brasileiro em desenvolver nos militares o pensamento CIMIC, tanto que a formação do oficial na Academia Militar das Agulhas Negras passou a contar com uma grade voltada para oportunizar estágios que possibilitem a difusão do conhecimento sobre CIMIC em nível tático para o desempenho das funções relacionadas com esta atividade.

Palavras-Chave: Coordenação Civil-Militar. GLO. Operação São Francisco. Combate em Ambiente Urbano.

Abstract

This article presents a reflection on the importance of using in the Law and Order Guarantee Operations (GLO) that occur in Brazil concepts provided by the doctrine of Civil-Military Cooperation, known as CIMIC and usually used in Peace Missions, in foreign countries. The considerations presented were based on San Francisco's Operation, which took place in the Complexo da Maré, in the city of Rio de Janeiro, and show how necessary it is to expand the knowledge of the CIMIC doctrine to the Brazilian military so that such doctrine can be used already in the phases planning in the urban combat and, when applied, contribute to mission success. The statistics presented by the Ministry of Defense indicate that the military were called by the President of the Republic to act in internal activities 136 times, from 1992 to the present year, which reinforces the need to improve the approaches in relation to Civil-Military Cooperation activities, since the proximity and relationship with various civil agents become the differential in the mission. Although the Brazilian CIMIC doctrine is young, research shows that there is a concern of the Brazilian Army to develop the CIMIC thinking in the military, so much so that the training of the officer at the Agulhas Negras Military Academy now has a grid aimed at providing opportunities for enable the dissemination of CIMIC knowledge at the tactical level for the performance of functions related to this activity.

Keywords: Civil-Military Cooperation. GLO. São Francisco Operation – Urban Combat.

¹ Capitão da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2009.

² Capitão da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras em 2006. Pós graduado em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2015.

1 INTRODUÇÃO

A utilização de ações de Garantia da Lei da Ordem (GLO)³ tornou-se frequente no Brasil, principalmente após a aprovação do Decreto 3.897/2001 que regulamentou a Lei Complementar nº 97, do ano de 1999, disciplinando constitucionalmente a atuação das Forças Armadas na GLO. A natureza das intervenções do Exército Brasileiro (EB) ficou caracterizada pelo amplo espectro de atuação, com reflexos significativos para diversos setores de sociedade e instituições.

De acordo com dados do Ministério da Defesa (MD), das 136 vezes que o Exército Brasileiro foi acionado pelo Presidente da República, 35,3% foi devido a problemas relacionados ao comprometimento da Segurança Pública dos estados, sendo 16,9% em casos de violência urbana e 18,4% por greve das polícias. (Defesa, 2019)

Tais dados apresentados pelo MD, somado à abrangência das ações e os efeitos causados pelo emprego do Exército em questões internas do país - envolvendo principalmente áreas de segurança e eventos - evidenciam a necessidade de aperfeiçoar as abordagens nas operações GLO em relação às atividades de Cooperação Civil–Militar⁴. De maneira a não somente estreitar laços com a comunidade civil durante os trabalhos, mas, principalmente, para obter junto à população uma fonte segura para troca de informações que possam ser relevantes para, por exemplo, reduzirem os focos de tensão e, conseqüentemente, levar ao sucesso da missão.

O desafio para os militares que atuam no meio ambiente civil, necessitando de meios que não sejam militares apenas para alcançar objetivos estratégicos militares, já foi apreciado pelo presidente Kennedy durante a Guerra do Vietnã. Em seu discurso de 1961, dirigindo-se à turma de formandos da Academia Naval dos Estados Unidos em Anápolis, o presidente declarou que os militares deveriam servir não apenas como comandantes, mas também como conselheiros de governos estrangeiros. Ele também enfatizou que os militares precisam entender não apenas seu próprio país, mas também outros países, e precisam conhecer não apenas

³ Garantia da Lei e da Ordem são missões reguladas pela Constituição Federal em seu artigo 142, pela Lei Complementar 97, de 1999, e pelo Decreto 3897, de 2001, e são empregadas quando ocorre o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, em graves situações de perturbação da ordem e somente podem ser realizadas por ordem expressa do Presidente da República.

⁴ Cooperação Civil Militar é a tradução da sigla inglesa Civil-Military Cooperation utilizada no desenvolvimento de atividades que buscam proporcionar a ligação entre o comandante de uma força militar e as organizações civis que atuam numa determinada localidade operacional. O conceito CIMIC possui diferentes doutrinas, como a da OTAN, a da ONU e a dos EUA, que têm servido de base para a elaboração de outras, como a da Itália, a de Portugal, França, entre outros países.

estratégia, tática e logística, mas também economia, política, diplomacia e história para entender os limites do poder militar. (JOKS, 2011, p 2, tradução nossa).⁵

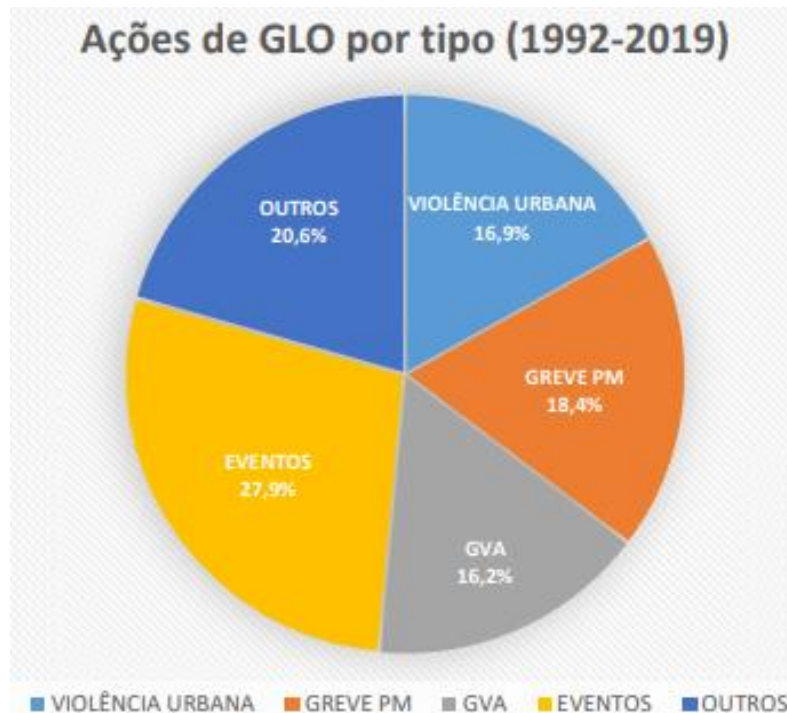


Figura 1- Resultado da pesquisa feita pelo Ministério da Defesa sobre o emprego da GLO de 1999 a 2019

Fonte: Ministério da Defesa⁶

No contexto das nações, o emprego de operações de Cooperação Civil-Militar - termo em inglês batizado pela sigla Civil-Military Cooperation (CIMIC) - mostrou-se fundamental para a conquista dos objetivos militares, sendo formalmente empregado pelos países signatários da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e pelo Exército norte americano, sendo este último a base atual para a formação da doutrina CIMIC de países como Canadá e França. (OLIVEIRA, 2009)

Os países e as instituições, ao observarem a relevância e o sucesso decorrente da aplicação da CIMIC, principalmente em missões com situações de conflito, desenvolveram doutrinas próprias para padronizar e sistematizar a

⁵ Texto original: The challenge for military operating in the civil environment, necessitating means other than military only to achieve military strategic objectives was already appreciated by President Kennedy during the Vietnam War. In his 1961 speech addressing the graduating class of the United States Naval Academy at Annapolis, the President stated that the military should serve not only as commanders, but also as advisers to foreign governments. He also stressed that the military must understand not only their own country but other countries and must know not only strategy and tactics and logistics, but also economics, politics, diplomacy and history in order to understand the limits of military power. (JOKS, 2011, p 2)

⁶ Pesquisa disponível no link https://www.defesa.gov.br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/2.tabela-glo_atualizada_em_03_ABR_19.pdf acessada no dia 17 de Junho de 2019.

aplicação de modelos de ação, com intuito de integrar atores civis e militares envolvidos no desafiante quadro conflituoso.

No Brasil, em primeira análise, é possível observar, pelo resultado do questionário apresentado no artigo, que o conhecimento dos militares brasileiros sobre CIMIC foi obtido por duas frentes: palestras e Missão da ONU. Na fase de análise das respostas ao questionário enviado, ao confrontar as respostas dos militares com as respectivas patentes, ficou evidenciado que apenas os capitães, em sua expressiva maioria, já tiveram contato ou trabalharam com a doutrina CIMIC.

Dessa forma, ficou clarificada a necessidade de expandir e nivelar o conhecimento básico sobre o tema para todos os segmentos hierárquicos do Exército, com especial atenção para os responsáveis pelos planejamentos estratégicos e, também, de igual importância, para os militares que executam o desdobramento dos planos nos níveis operacionais e táticos.

1.1 PROBLEMÁTICA

Após a obtenção de informações sobre as doutrinas CIMIC apresentadas, e como os países que as desenvolveram as aplicaram, o trabalho desenvolvido pretende investigar a importância da aplicação de Cooperação Civil-Militar nas operações de GLO no país, explorando a contextualização do tema por intermédio da Operação São Francisco, ocorrida no Complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos 2014 e 2015.

No processo de investigação do problema, observa-se que o Manual de Campanha Cooperação Civil-Militar do Exército Brasileiro (2017, p. 17), destaca em seu bojo que a Cooperação Civil-Militar possui dois objetivos: possibilitar ao componente civil o desempenho nas atividades regulares em um ambiente de conflito, de modo a favorecer as operações militares e, ainda, contribuir para a conquista e a manutenção do apoio da população e das lideranças locais.

Desta maneira, para servir de apoio ao estudo em foco, a pesquisa foi direcionada para verificar como a Cooperação Civil- Militar pode contribuir com o desenvolvimento das operações militares numa situação de GLO.

Nas operações do Exército, tradicional e frequentemente, já ocorrem interações que aproximam civis de militares, fato que contribui sobremaneira para o fortalecimento da imagem da Força perante a sociedade. Dentre as ações que evidenciam o fortalecimento da relação entre os dois segmentos destacam-se as

Ações Cívico Sociais (ACISO)⁷. Essas ações são visivelmente constatadas nos apoios que o Exército presta às campanhas de saúde pública, apresentações musicais e culturais e, também, nas exposições de materiais militares realizadas nos mais diferentes rincões do país.

Dessa forma, verifica-se que as operações de ACISO, caracterizadas pela interação de civis e militares, é uma atividade típica de CIMIC que, em suas ações, busca atender objetivos operacionais e táticos. (BRASIL, 2017).

Já nas ações no exterior, existe a preocupação em difundir as operações CIMIC para os militares no contexto da futura área de operações, nivelando, dessa forma, Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP) a serem empregadas na busca da cooperação e integração civil-militar mais eficiente.



Figura 2 - 5ª Região Militar 5ª Divisão de Exército realiza atividade após revitalizar Praça em Curitiba
Fonte: O autor

Neste contexto, as problemáticas identificadas são: as benesses alcançadas com o emprego da doutrina CIMIC, baseado nos conceitos internacionais, podem ser incorporadas e adaptadas para missões no interior do território nacional, por exemplo, em operações GLO e em missões subsidiárias? As ACISO podem ser consideradas como suficientes para a aplicação doutrinária da Cooperação Civil-Militar?

⁷ ACISO é um conjunto de atividades de caráter temporário, episódico ou programado de assistência e auxílio às comunidades, promovendo o espírito cívico e comunitário dos cidadãos, no país ou no exterior, desenvolvidas pelas organizações militares das forças armadas, nos diversos níveis de comando, com o aproveitamento dos recursos em pessoal, material e técnicas disponíveis, para resolver problemas imediatos e prementes. (Site: Exército Brasileiro disponível em <http://www.eb.mil.br/acoes-civico-sociais>, acessado no dia 17 de junho de 2019).

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral proposto na consecução do artigo científico é mostrar a relevância do emprego de doutrina CIMIC em território brasileiro para o sucesso de uma missão de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

1.2.2 Objetivos Específicos

Como suporte para alcançar o objetivo geral, foram elaborados objetivos específicos para o trabalho, como:

- a. Construir um quadro teórico de referência;
- b. Identificar o que existe atualmente como referência;
- c. Apresentar opções de doutrina para melhorar a efetividade das ações GLO;
- d. Compreender a eficácia das abordagens em ações GLO referente às atividades CIMIC.

1.3 JUSTIFICATIVAS

A constante presença do Exército Brasileiro em ações de GLO no país tem exigido cada dia mais preparo da tropa no relacionamento com civis, o que mostra a necessidade de se aperfeiçoar a doutrina de Cooperação Civil Militar, principalmente em regiões onde o grau de tensão é maior e a necessidade de buscar informações sobre o ambiente operacional é fundamental para o planejamento da missão.

Baseando-se nas diversas práticas positivas de utilização da doutrina CIMIC nas operações em regiões de conflito no exterior, se percebe o grau de benefícios que o emprego deste conceito pode trazer estrategicamente para a conquista dos objetivos militares. Como exemplo, pode-se citar a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), que contou com a participação de expressivo efetivo militar brasileiro dedicado às ações CIMIC humanitárias que contribuíram para uma mudança de percepção sobre o assunto.

A mudança da cultura que o Exército Brasileiro possuía sobre CIMIC foi iniciada ainda na fase de preparação, em Cuiabá, e foi o ponto nevrálgico que definiria o sucesso ou não dos outros objetivos. No Exército Brasileiro, CIMIC é usualmente interpretado como sendo a mesma coisa que Ação Cívico-Social, o que não é correto. Essa mudança de cultura aumentaria e colocaria na direção correta o necessário apoio do comando do BRABAT 18 para a condução das atividades do G9. Como mencionado, já durante a fase de

preparação, foi iniciada uma campanha de revisão de conceitos, principiada pelo CCOPAB durante o Estágio de Coordenação Civil-Militar, destinada aos militares selecionados para exercerem funções diretamente ligadas às atividades de CIMIC no Haiti. Daí em diante, foi conduzida uma campanha informal através de diálogos pessoais com militares envolvidos direta ou indiretamente nas atividades de CIMIC, que perdurou durante o período de desdobramento do contingente. Mesmo com todo esse esforço, foi verificado ao longo da missão que, apesar do conhecimento correto sobre a finalidade e a doutrina de UN-CIMIC, muitos militares possuíam dificuldades em traduzir esse conhecimento em ações práticas de CIMIC, ainda ficando presos aos tipos de atividades usualmente utilizadas em ACISO. No entanto, no cômputo geral, esse esforço para a mudança de cultura obteve êxito considerável. No final da missão, praticamente todos os militares do Estado-Maior do BRABAT já demonstravam o correto conhecimento do conceito e da finalidade de CIMIC. (CERQUEIRA, 2014)⁸

O novo olhar dos militares que participaram da missão no Haiti sobre a CIMIC e a relevância da aplicação da Doutrina para o sucesso da atividade, já tinha sido observada no passado por outros exércitos, o que fortalece a importância desta:

As guerras mais recentes no Kosovo (1999), no Iraque (2003) e a atual Operação Liberdade Duradoura, no Afeganistão, são os melhores exemplos de como a cooperação civil-militar moldou o ambiente operacional conjunto (JOE) e os comandantes combatentes engajados (CCDRs) em atividades de combate também mostram como isso é crucial para a obtenção dos estados finais político-militares desejados e para a realização da missão. (JOKS, 2011, p 11, tradução nossa)⁹

Desse modo, o intuito da pesquisa é compreender uma inquietação existente após verificar as diferenças entre a aplicação da doutrina CIMIC em missões no exterior e as executadas nas operações de não guerra no interior do território brasileiro, mas que também carregam elevado grau de tensão entre os agentes envolvidos, como foi observado na Operação São Francisco.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 DOCTRINAS CIMIC NO MUNDO

⁸ BRABAT 18 é a sigla em inglês para definir o Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 18º Contingente Brasileiro formado por 856 militares do Exército Brasileiro, 244 da Marinha do Brasil, 34 da Força Aérea Brasileira, 34 do Exército Canadense, 31 das Forças Militares do Paraguai e 01 do Exército Boliviano, perfazendo um efetivo total de 1.200 militares. O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) é o local onde se realiza a preparação de militares brasileiros e de nações amigas a serem enviados em missões de paz e humanitárias. UN-CIMIC significa: “[...] uma função militar que contribui para facilitar a interface do componente militar e dos componentes civis de uma missão integrada, assim como com os atores humanitários e de desenvolvimento na área da missão, para apoiar os objetivos da Missão da ONU”. Civil-Military Coordination in UN Integrated Peacekeeping Missions (UN-CIMIC), Departamento de Operações de Paz, 2010.

⁹ Texto original: The most recent wars in Kosovo (1999), in Iraq (2003) and the present Operation Enduring Freedom in Afghanistan are the best examples of how civil-military cooperation has shaped the joint operational environment (JOE) and engaged combatant commanders (CCDRs) in non-combat activities, and also show how crucial this is for obtaining the desired political-military end-states and mission accomplishment. (JOKS, 2011, p 11).

Com o objetivo de padronizar a conduta das tropas em Missões de Paz, diversos países adotaram doutrinas específicas para esse tipo de missão regulando o relacionamento dos civis com os militares, lições aprendidas em cada missão que, com o passar dos anos tornaram-se cada vez mais complexas.

As mais utilizadas serão o alvo deste trabalho para exemplificar o que se pode fazer no Brasil baseando-se em práticas já consolidadas pelo mundo, como: a Doutrina de Coordenação Civil-Militar da ONU (UN CIMIC), Doutrina de Cooperação Civil- Militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e Doutrina de Assuntos Civis do Exército Americano.

Tratando da ONU, o grande número de atores e áreas envolvidas em Missões de Paz “incluindo militares, policiais, civis, assuntos políticos, estado de direito, direitos humanos, humanitários, reconstrução, informações públicas e gênero” lhes deram a característica de missões multidimensionais. (ONU, 2003)

Essa característica ocorre desde o fim da Guerra Fria, como relatado:

Com o fim da Guerra Fria, o número de missões multidimensionais patrocinadas pela ONU aumentou dramaticamente. Essas missões foram frequentemente obrigadas a lidar com problemas complexos - como a reforma de estruturas do governo ou a execução de processos de desarmamento, desmobilização e reintegração - e tinham um componente civil maior para lidar com eles. (VALDETARO,2017, apud, ONU, 2008, tradução nossa)¹⁰

De maneira natural, tanto os civis quanto os militares participantes destas missões passaram a se apoiar mutuamente conforme as necessidades de cada grupo.

O Componente Militar, normalmente responsável pela manutenção de um ambiente seguro e estável não conseguia resolver o problema daquela região sozinho. Também era necessário um investimento nas áreas de desenvolvimento e direitos humanos, que por consequência geraria uma estabilidade para a população afetada e como reflexo uma melhora nas condições de segurança. Desta forma, o Componente Militar se beneficiaria das ações do Componente Civil. O oposto também ocorria. Logo, nas áreas onde a segurança não estava completamente estabelecida, o Componente Militar garantiria a segurança de todos, até mesmo para que agências humanitárias conseguissem realizar seu trabalho. (VALDETARO, 2017, p 8)

No contexto da ONU, é nesse momento que surge a CIMIC, quando se observa a necessidade de padronizar os trabalhos dos militares sem prejudicar o relacionamento com os civis, pelo contrário, aperfeiçoando-o e trazendo ainda mais

¹⁰ Texto original: With the end of the Cold War, the number of UN-sponsored multidimensional missions increased dramatically. Those missions were often mandated to deal with complex problems – such as reforming government structures or carrying out disarmament, demobilization and reintegration processes–, and had a larger civilian component to handle them. (VALDETARO,2017, apud, ONU, 2008)

benefícios para a missão, afastando interesses políticos contrários ao objetivo da ação humanitária.

A Coordenação Civil Militar das Nações Unidas (UN-CIMIC) é uma função do pessoal militar em missões integradas da ONU que facilita a interface entre os componentes militares e civis da missão, bem como com os agentes humanitários de desenvolvimento na área da missão, para apoiar Objetivos da missão da ONU. (ONU, 2010, p. 14-15, tradução nossa)¹¹



Figura 3- Atividade CIMIC ONU na Estabilização de Mali. (MINUSMA)
Fonte: Harandane Dicko – Flickr MINUSMA

Paralelo a esse pensamento, temos a doutrina elaborada pela OTAN, que também percebeu que a interação entre as forças da Aliança e o ambiente civil (ambos governamentais e não governamentais) em que operam é crucial para o sucesso das operações. E, por isso, define a CIMIC como:

A coordenação e cooperação, em apoio à missão, entre o Comandante da OTAN e atores civis, incluindo a população nacional e as autoridades locais, bem como organizações e agências internacionais, nacionais e não-governamentais. (OTAN, 2003, p. 1-1, tradução nossa)¹²

Como é possível notar, o conceito é estratégico e são preceitos que influenciam em todo o espectro do conflito, sejam eles internos - para reger a direção militar da CIMIC e ajudar no desenvolvimento da doutrina - ou externos para “orientação sobre o estabelecimento e manutenção de relações civis-militares

¹¹ Texto original: UN Civil Military Coordination (UN-CIMIC) is a military staff function in UN integrated missions that facilitates the interface between the military and civilian components of the mission, as well as with the humanitarian, development actors in the mission area, in order to support UN mission objectives (ONU, 2010, p. 14-15).

¹² Texto original: The co-ordination and co-operation, in support of the mission, between the NATO Commander and civil actors, including national population and local authorities, as well as international, national and non-governmental organizations and agencies. (OTAN, 2003, p. 1-1)

eficazes com autoridades civis, agências líderes, organizações e populações”.¹³
(OTAN, 2003, tradução nossa)

Estudando esse novo domínio civil-militar e o crescente papel dessa atividade no ambiente operacional, alguns pensadores estratégicos assumem “cooperação civil-militar (CIMIC) e as operações civis-militares (CMO) como uma estratégia que se deseja alcançar (político-militar)”, e confirmam ainda a necessidade de desenvolver essa tendência nas forças dos EUA e da OTAN. (JOKS, 2011, p 11, tradução nossa)¹⁴

Foi com o aprendizado das forças da OTAN nos Bálcãs, na África e no Oriente Médio, quando tiveram que cooperar estreitamente com atores civis para proteger a população local e estabilizar a situação na região da Europa Central, da África Central, do Iraque e do Afeganistão para alcançar os objetivos políticos-militares que se elaborou a doutrina.



Figura 4 Grupo multinacional CIMIC em operações lideradas pela OTAN.
Fonte: Multinational CIMIC GROUP

As lições aprendidas do Iraque e do Afeganistão inspiraram a OTAN a construir o pool de especialistas civis de diferentes países com a tarefa principal de apoiar a cadeia de comando na realização da experiência CIMIC em planejamento operacional e como assessores militares durante a fase de execução da operação e reconstrução pós-conflito. (JOKS, 2011, p 11, tradução nossa)¹⁵

¹³ Texto original: guidance on the establishment and maintenance of effective civil-military relationships with civilian authorities, lead agencies, organisations and populations. (OTAN, 2003)

¹⁴ Texto original: Studying this new civil-military domain and the growing role of this activity in the operational environment, some strategic thinkers assume “civil-military cooperation (CIMIC) and civil-military operations (CMO) as a strategy that it is desired to achieve some (political-military) goals”, and further confirmed a need to develop this trend in U.S. and NATO forces. (JOKS, 2011, p 11)

¹⁵ Texto original: Lessons learned from Iraq and Afghanistan inspired NATO to build the pool of civil experts from different countries with the primary task to support the chain of command in carrying out CIMIC expertise for operational planning and as military advisors during the operation execution and post conflict reconstruction phase. (JOKS, 2011, p 11)

Por fim, temos o exemplo da Doutrina do Exército Americano, conhecida como Operações de Assuntos Cívicos, que ao desenvolver seus manuais, começou a padronizar a cooperação e interação civil-militar no nível estratégico e operacional com os procedimentos da OTAN. Segundo ela:

Operações Civil-Militares (CMO) são as atividades de um comandante que estabelece, mantém, influencia ou explora relações entre forças militares, organizações e autoridades civis governamentais e não-governamentais e a população civil em uma área operacional amigável, neutra ou hostil. O objetivo da CMO é facilitar as operações militares e consolidar e alcançar os objetivos operacionais dos EUA. (EUA, 2003: viii, tradução nossa) ¹⁶.

Definindo-a da seguinte forma:

[...] as atividades de um comandante realizadas por assuntos civis designados ou outras forças militares que estabelecem, mantêm, influenciam ou exploram as relações entre forças militares, populações indígenas e instituições, apoiando diretamente a consecução de objetivos relacionados ao restabelecimento ou manutenção de estabilidade dentro de uma região ou nação anfitriã.. (EUA, 2014, p. 1-2, tradução nossa) ¹⁷

Desde a Guerra do Vietnã é possível verificar lições aprendidas pelo Exército Americano e que conduziram no desenvolvimento e evolução da doutrina CIMIC para “the new form of warfare characterized by a growing number of civil players involved in the conflict resolution and post conflict stabilization process”, atender as necessidades dos conflitos modernos.

A Doutrina CIMIC norte americana é tão valorizada que, inclusive, possui uma Arma, ou seja, uma especialidade militar específica – CIMIC - prevendo, inclusive, valorização e reconhecimento por intermédio das condecorações para os militares atuantes nela. Além do mais, estão organizados de maneira a apoiarem tanto as operações convencionais quanto as operações especiais.

Os especialistas de Assuntos Cívicos compõem as 9^{as} Seções nos diversos escalões e são responsáveis por assessorar o comandante tático com uma análise dos componentes civis que moldam o ambiente operacional. A essência das Operações de Assuntos Cívicos, no caso dos EUA, é conduzir suas atividades em sincronia e integração com o conceito operacional e a intenção do comandante apoiado. (VALDETARO, 2017, p 12).

¹⁶ Texto original: Civil-Military Operations (CMO) are the activities of a commander that establish, maintain, influence, or exploit relations between military forces, governmental and nongovernmental civilian organizations and authorities, and the civilian populace in a friendly, neutral, or hostile operational area. The purpose of CMO is to facilitate military operations, and to consolidate and achieve operational US objectives. (EUA, 2003: viii)

¹⁷ Texto original: “[...] activities of a commander performed by designated civil affairs or other military forces that establish, maintain, influence, or exploit relations between military forces, indigenous populations, and institutions, by directly supporting the attainment of objectives relating to the reestablishment or maintenance of stability within a region or host nation”. (EUA, 2014, p. 1-2)



Figura 5 Nos EUA, condecorações valorizam o trabalho dos militares da CIMIC.
Fonte: Military Times - Liz Thompson/Navv

2.2 Doutrina CIMIC no Brasil

Apesar do atraso, comparado a outros países, recentemente, no ano de 2017, o Exército Brasileiro apresentou o primeiro manual especificamente desenvolvido para tratar da doutrina CIMIC brasileira, na publicação EB70-MC-10.221. Mas, no manual de Operações em Ambientes Interagências, EB20-MC-10.201, já foi possível encontrar uma breve definição de CIMIC, como:

[...] a função militar de ligação entre o comandante de uma força militar e as organizações civis com presença ativa num TO/ A Op. Inclui o conjunto de ações não estritamente militares realizadas em proveito de civis. Tem por finalidade a participação dos militares na realização dos objetivos civis em todos os domínios, particularmente culturais, econômicos, sociais, de segurança pública e de proteção civil. (BRASIL, 2013, p.6-6)

Mas, é importante considerar que essas atividades já faziam parte da expertise do EB e serviram de base para as lições aprendidas, como é possível verificar em atuação na Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH), quando os militares brasileiros tiveram papel fundamental para contribuir com a recuperação daquele país - principalmente após o terremoto de 2010 que o devastou.

Tal vivência dos militares no Haiti resultou na preocupação de se providenciar um método doutrinário que pudesse reger a atuação das forças em situações semelhantes a da MINUSTAH em território nacional, o que culminou no Manual de Cooperação Civil Militar mencionado anteriormente.

Segundo o manual de Cooperação Civil-Militar, EB70-MF-10.221, a cooperação civil-militar se “caracteriza por atividades que buscam estabelecer, manter, influenciar ou explorar as relações entre as forças militares, as agências, as autoridades e a população em uma área operacional”.

Ela contribui para atingir os objetivos militares e garantir um ambiente seguro e estável, de acordo com a natureza da missão.

Um dos objetivos da CIMIC é possibilitar ao componente civil o desempenho de suas atividades regulares em um ambiente de conflito, de modo a favorecer as operações militares, ou ao menos não se constituir um obstáculo. Essas atividades não devem, em princípio, ser executadas por militares, mas devem ser devidamente harmonizadas com as ações militares. Um exemplo é o apoio de saúde realizado por organizações não governamentais (ONG) à população da A Op. (BRASIL, 2017, p 2-1)



Figura 6 Brasileiros realizando CIMIC na MINUSTAH

Fonte: O autor

Portanto, nota-se que mesmo tardio, o EB executou ações objetivas para aprimorar a forma de atuar em situações em que exigem do militar uma maior habilidade na relação com os civis, até mesmo para aproveitamento de resultados, muito pelo exemplo obtido em Operações de Paz, como as do Haiti.

No que se refere ao adestramento, o Exército Brasileiro tem apresentado evoluções, oriundas do incessante trabalho dos especialistas de CIMIC ou daqueles que trabalharam na célula de assuntos civis na MINUSTAH. A partir do corrente ano haverá uma disciplina eletiva aos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, berço da oficialidade do Exército, que será conduzida nas instalações do Centro Conjunto de Operações de Paz, com presença de militares e civis. Ademais, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais planeja para o próximo ano um bloco de instruções de CIMIC, no contexto das Operações de Cooperação e Coordenação com Agências. E, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército implementou um bloco de operações de paz que incluiu o estudo das ações de CIMIC. (NEVES, 2018, p 14)

O principal difusor da doutrina CIMIC no Brasil é o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), especializado na preparação e orientação dos militares brasileiros designados para missões de paz no exterior e que possui um quadro de profissionais militares com larga experiência internacional.



Figura 7 Relação entre assuntos cívicos, assuntos de governo e CIMIC
Fonte: Manual de Campanha Coordenação Civil Militar

E, apenas no ano de 2018, o CCOPAB realizou de maneira inédita “o primeiro estágio de CIMIC a pedido da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), no contexto das disciplinas eletivas a serem realizadas pelos cadetes do 4º ano”. (CCOPAB, 2018)

Tal fato demonstra um avanço na difusão do conhecimento sobre CIMIC, promovendo capacitação dos militares, como relatado na época.

O estágio foi uma oportunidade de integrar conhecimentos teóricos e práticos, capacitando os estagiários a exercerem cargos e funções em unidades previstas para possíveis desdobramentos, por meio do acordo brasileiro do United Nations Peacekeeping Capatibility Readiness System (UNPCRS).

Além disso, preparou os participantes para interagir com os diferentes integrantes do ambiente multidimensional que caracteriza as Operações de Paz; assessorar atividades nos assuntos afetos à Coordenação Civil-Militar; planejar e conduzir trabalhos em estado-maior combinado; e interagir habilmente com pessoas para integrar processos. (CCOPAB, 2018, escrito em 28 de ag.)

2.3 Operações da Garantia da Lei e da Ordem

Os conflitos modernos exigem cada dia mais interação do público militar com o público civil, conseqüentemente, cabe aos militares adaptarem-se a essa nova realidade e desenvolverem competências que vão além das tradicionais relacionadas com o emprego da tropa em combate, aprimorando o vetor de atuação junto aos civis para refletir em avanços positivos nas missões atuais que se caracterizam pelo amplo espectro de atuação.

É o caso das Operações de Garantia da Lei e da Ordem que, a cada dia, se tornam mais comuns no território nacional devido às dificuldades e limitações enfrentadas pelos órgãos de segurança pública dos Estados e Municípios do país.

Operações que exigem demasiada cautela das Forças Armadas quando acionadas a apoiar missões em uma determinada localidade.

Este quadro exige planejamento detalhado, competências técnicas e adestramento específicos por parte dos militares, devendo estar alinhadas com a legislação vigente. Deve-se salientar, também, a importância da necessária cautela das Forças Armadas, quando acionadas a apoiar missões que visam GLO em uma determinada localidade, considerando as especificidades das diferentes regiões do Brasil.

As atuais campanhas [...] deixam evidente, de forma incontestável, que a natureza das ações desenvolvidas [...] exige comandantes, em todos os escalões, capacitados a avaliar o impacto dos fatores não-militares nas operações. Cada vez mais, torna-se impositivo o domínio de conhecimentos específicos sobre as culturas, percepções, valores, crenças e interesses, bem como os seus reflexos nos processos de tomada de decisões de indivíduos e grupos. Todo esse acervo deve ser avaliado em conformidade com a estrutura social, língua, cultura, poder e exercício da autoridade, e os interesses vitais da sociedade em questão. (PINHEIRO, s.d, p.1)

As situações em que o EB é convocado no território nacional para buscar a Garantia da Lei e da Ordem são consideradas situações de não guerra, cuja definição é:

Situação na qual o poder militar é empregado de forma limitada, no âmbito interno e externo, sem que envolva o combate propriamente dito, exceto em circunstâncias especiais. Normalmente, o poder militar será empregado em ambiente interagências, podendo não exercer o papel principal. (BRASIL, 2017, p 2-8)

Além de definir a maneira como os militares irão se relacionar com os inúmeros agentes que uma operação de não guerra possui:

As operações de cooperação e coordenação com agências são aquelas que normalmente ocorrem nas situações de não guerra, nas quais o emprego do poder militar é usado no âmbito interno e externo, não envolvendo o combate propriamente dito, exceto em circunstâncias especiais. São elas: a) garantia dos poderes constitucionais; b) garantia da lei e da ordem; c) atribuições subsidiárias; d) prevenção e combate ao terrorismo; e) sob a égide de organismos internacionais; f) em apoio à política externa em tempo de paz ou crise; e g) outras operações em situação de não guerra (BRASIL, 2017, 3-15).

2.4 Operação São Francisco e a falta da doutrina CIMIC

No ano de 2014, o Exército Brasileiro foi convocado pelo Presidente da República à pedido do governo do estado do Rio de Janeiro, para atuar em conjunto com a Marinha do Brasil no Complexo da Maré, com o intuito de pacificar aquela localidade. Na ocasião, um acordo baseado na Diretriz Ministerial nº 9 foi firmado entre Ministério da Defesa, Ministério da Justiça e Governo do Rio de Janeiro para

empregar, com base em uma Operação da Garantia da Lei e da Ordem, os meios necessários para a prestação de segurança e serviços em benefício daquela população.

O Complexo da Maré está localizado na Zona Norte da cidade fluminense em área estratégica, entre a Linha Vermelha e Amarela, Avenida Brasil e Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim (Galeão), sendo considerado o maior conjunto de favelas da capital. De acordo com os últimos levantamentos do Censo Maré¹⁸, produzido de maneira não oficial por organizações locais, a região possui aproximadamente 139 mil moradores distribuídos em mais de 47 mil lares.

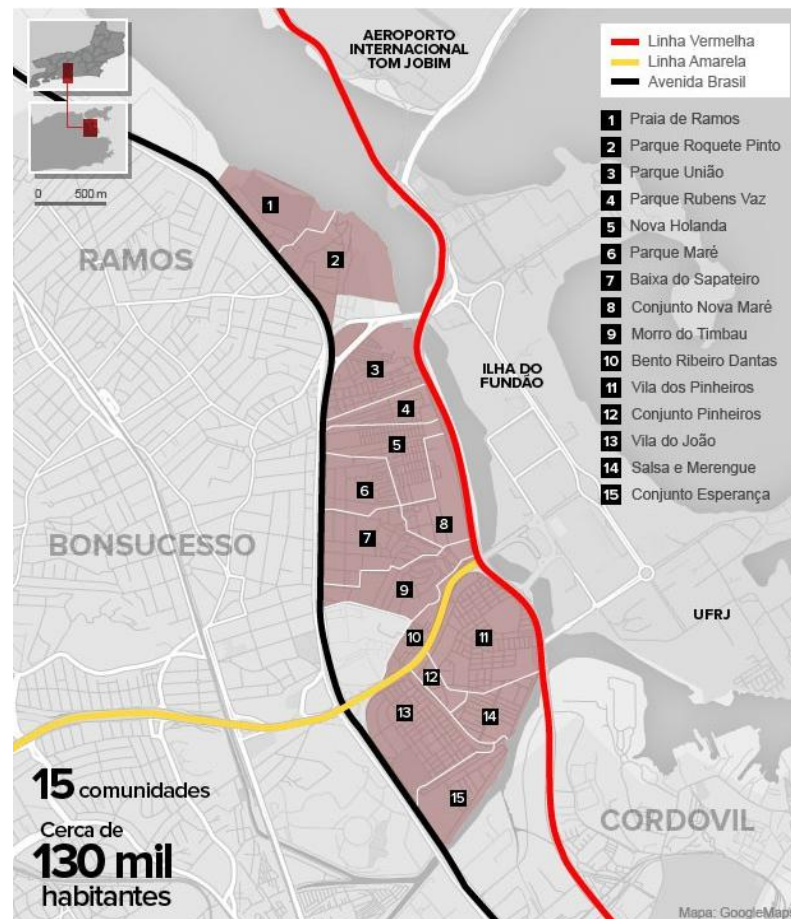


Figura 8 Infográfico explicativo da Maré.

Fonte: g1.com.br – Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/04/forcas-armadas-assumem-ocupacao-de-15-comunidades-da-mare-rio.html> - acessado em 14 de maio de 2019.

Basicamente, a região na época era dominada por quatro Grupos Criminosos Armados (GCAs), são eles: Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando Puro

¹⁸ Levantamento feito pela organização não governamental “Redes da Maré”, em parceria com o Observatório de Favelas, apoiado por 16 associações de moradores e iniciado em 2011

(TCP), Amigos dos Amigos (ADA) e a Milícia. As Forças Armadas ficaram encarregadas de atuar com o objetivo de restabelecer a paz social, desarticulando as facções e alavancando as condições de cidadania e garantindo o direito de ir e vir daquela população.

Para isso, a ocupação durou 14 meses e contou com aproximadamente 3.000 militares das Forças Armadas (FA), de diversas regiões do Brasil, além de mais de 200 policiais militares do estado do Rio de Janeiro, que atuaram em cooperação com as tropas federais. Também foram empregados blindados do EB (M113, Urutu e Guarani) e da Marinha (SR 8x8 Piranha IIIC), viaturas, motocicletas e aeronaves do Comando de Aviação do Exército (HA-1 Esquilo equipado com Olho de Águia e HM-Pantera). (DEFESA, 2015)

Portanto, a missão da tropa consistia em realizar, 24 horas por dia, todos os dias da semana, o patrulhamento ostensivo a pé e motorizado nas ruas, becos e vielas da área da Maré e o estabelecimento dos Postos de Bloqueio e Controle de Vias Urbanas (PBCVU) nos principais acessos de entrada da comunidade, onde seriam realizadas abordagens de pessoas e revistas de veículos e motos. (SOUZA, 2015, p 20)

Segundo os números apresentados pela Chefia de Operações Conjuntas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (ECMFA) do Ministério da Defesa, em Nota divulgada para a imprensa, durante a ocupação ocorreram 553 prisões e 254 menores de idade foram apreendidos, 550 apreensões de drogas, 58 de armas e mais 3.884 munições foram recolhidas, além das tropas terem feito apreensões de veículos, motos e materiais diversos. Importante destaque ocorreu com a prisão de integrantes importantes na estrutura do crime organizado, causando desestruturação organizacional nas facções e uma perda significativa nos lucros com o comércio de entorpecentes. (DEFESA, 2015)

É válido ressaltar o emprego do Disque-Pacificação, que possibilitou que mais de 3 mil informações sobre criminosos fossem repassadas via serviço telefônico pela comunidade de maneira segura, contribuindo com a redução da violência local. A taxa anual de homicídios na região da Maré caiu de 21,29 para 5,33 mortes por 100 mil habitantes durante a GLO. (DEFESA, 2015)

Outra questão que marcou a Operação São Francisco foram as Ações Cívico-Sociais realizadas em parceria com organizações governamentais, como a Justiça Itinerante, que possibilitou a realização de casamentos, registros, emissão de documentos, além da regularização do recolhimento de lixo, a retirada de centenas de carcaças de veículos de locais públicos e desobstrução de ruas.

Mesmo assim, segundo Eliana Sousa Silva, na publicação que buscou apresentar a percepção dos moradores em relação a ocupação, nota-se que os moradores ainda sentiam-se receosos em participar das ações promovidas pelo Exército.

Lembro-me quando o Exército veio aqui na Associação e chamou todo mundo, deixou convite até para os policiais do DPO¹⁹ que tem aqui na comunidade a comparecerem na Ação Social que eles promoveram. Muito morador fica desconfiado, com temor. Ele vai participar porque precisa, mas dão telefone e endereço errados, pois ninguém quer meter a cara, e eu não tiro a razão. (SILVA 2017, p 16)

A declaração acima aponta para o fator chave que o presente artigo busca apresentar, o fato de que faltou na Operação São Francisco o emprego de doutrina CIMIC nos padrões mundiais já exemplificados em capítulos anteriores. Para alguns, erroneamente pensa-se que ocorreu CIMIC devido ao fato das Ações Cívico Sociais organizadas, porém, após o breve estudo apresentado na pesquisa sobre o emprego da CIMIC em outras missões, podemos afirmar que não tivemos um planejamento da Operação com a mentalidade CIMIC para atingir os objetivos da missão na Maré.

Isto é dito baseando-se, também, em constatação feita pelo capitão Bruno Soares de Cerqueira, Chefe da Célula de Assuntos Cíveis do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), em 2014, quando afirma que “no Exército Brasileiro, CIMIC é usualmente interpretado como sendo a mesma coisa que Ação Cívico-Social, o que não é correto”. (CERQUEIRA, 2014)

Para o Exército Brasileiro, ACISO significa:

Conjunto de atividades de caráter temporário, episódico ou programado de assistência e auxílio às comunidades, promovendo o espírito cívico e comunitário dos cidadãos, no país ou no exterior, desenvolvidas pelas organizações militares das forças armadas, nos diversos níveis de comando, com o aproveitamento dos recursos em pessoal, material e técnicas disponíveis, para resolver problemas imediatos e prementes. (BRASIL, 2016)

Segundo Teixeira, 2017, a doutrina CIMIC no Brasil surgiu das necessidades impostas pelo ambiente operacional contemporâneo para lidar com a complexidade dos desafios impostos nestas operações, por isso, faz-se necessário a integração entre o vetor militar e as estruturas civis, um esforço concertado de todos os

¹⁹ Destacamento de Policiamento Ostensivo (DPO) é uma unidade básica de apoio da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Normalmente são implantadas em bairros periféricos nas grandes cidades ou mesmo distritos ou municípios de menor porte, onde constituem um dos tipos de subdivisão das companhias, estas formadoras de batalhões da PM.

instrumentos do Poder Nacional: forças militares, organizações governamentais e agências civis.

Pode-se concluir que isso não ocorreu na Operação da Maré, pois se durante o planejamento da Operação o fator CIMIC tivesse sido preponderante, o EB teria desde o começo atuado em parceria com as organizações civis presentes naquela região, o que não aconteceu, como podemos verificar no relato da pesquisadora Elisa Sousa Silva, que realizou entrevistas com militares sem o consentimento do Comando do Exército, por não ter tido retorno ao solicitá-las.

Dessa maneira, nós acompanhamos de abril de 2014 a junho de 2015, as reuniões e as atividades propostas pelos diferentes grupos de militares que, a cada dois meses, assumiam o comando da operação na Maré. No período, foi possível conversar, de maneira direta, com 57 desses profissionais, mesmo sem a autorização formal do Comando do Exército. (SILVA, 2017, p 25)

Esse distanciamento é contrário aos conceitos trazidos pela doutrina CIMIC, pois informações coletadas por essas entidades civis que poderiam ter sido fonte de informação para a missão acabaram ficando no desconhecimento do comando.

Além dos militares, conseguimos conversar com 20 integrantes dos GCAs locais, com exceção de milicianos. O contato com as Forças em confronto armado na Maré foi importante para que pudéssemos ter uma visão global da ocupação militar e, também, contribuiu para qualificar e aperfeiçoar o instrumento de coleta de dados para a amostra com os moradores. (SILVA, 2017, p 25)

A pesquisadora ainda vai além e salienta o que poderia ter sido evitado durante a operação, constatação essa que poderia não ter sido publicada, ou pelo menos não objeto de contestação caso a CIMIC tivesse ocorrido na operação de maneira a evitar tais queixas:

Isso explica porque o Exército usa, com naturalidade, tanques para fazer o patrulhamento das ruas, anda com armas de guerra de alto calibre e coloca arames e sacos de areia nas vias, inclusive nas ciclovias, o que torna a paisagem, de fato, como a de uma arena de guerra, em todos os sentidos. Tudo isso acontecendo em um território com 140 mil pessoas, quase 32 mil por km². Em uma região tão densamente povoada, o trabalho em inteligência policial deveria ser a base da ação de combate ao crime, a fim de evitar que as pessoas, incluindo os próprios militares, corressem riscos desnecessários. Essa perspectiva, no entanto, parece que nunca esteve no cenário das ações policiais ou das Forças Armadas, no Rio de Janeiro. (SILVA, 2017, p 68 e 69)

Outra dificuldade ocorrida durante a Ocupação São Francisco é relacionada ao convívio com a comunidade, frisando a importância e a falta que faz o emprego da Doutrina CIMIC em uma missão. O sociólogo Ignácio Cano, em entrevista concedida em matéria publicada pelo Jornal O Globo, em fevereiro de 2018, concluiu

que a má convivência prejudicou o avanço nos trabalhos, “na saída dos militares, tudo estava igual ou pior do que quando entraram. Todo mundo saiu perdendo. A comunidade, o Exército e nós, que pagamos uma operação cara, de alto risco e que não resolveu o problema”.²⁰

Uma das questões relatadas como impedimento para uma boa convivência na Maré foi ocasionada pelas constantes trocas de comando na operação, que ocorria a cada dois meses. Na mesma matéria citada acima, o entrevistado Jailson de Souza, diretor da ONG Observatório das Favelas, relatou a diferença de postura de cada comandante, frisando a abertura de diálogo que ocorreu no início e a falta dele com o passar do tempo.

Houve a busca de diálogo, no início. O primeiro comandante, general Roberto Escoto, tinha a perspectiva de entender a dinâmica da comunidade. O problema é que a cada dois meses mudava o grupo. E a postura dos outros generais foi de pouco diálogo e intimidação absoluta. Depois da morte de um cabo do Exército, a coisa degingolou de vez. Chegamos ao absurdo de ver dez tanques enfileirados na rua principal, embora nas vielas os traficantes andassem armados.²¹ (SOUZA, 2019)

Tais apontamentos foram observados pelo general da reserva Augusto Heleno, na matéria do jornal O Globo, publicada em 25 de fevereiro de 2018, como pontos para serem repensados nas lições aprendidas da missão, de maneira a obter um “aperfeiçoamento da doutrina, uma nova ideia de como progredir numa comunidade onde é necessário ter tato com a população”.²²

3 METODOLOGIA

O método sistêmico de pesquisa utilizado é o descritivo, com a finalidade de analisar a proposta, assim como propor nova leitura para atingir os objetivos. Para isso, o estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica baseando-se em fontes secundárias e terciárias, como: manuais do Exército Brasileiro, o manual da doutrina CIMIC da ONU, OTAN e do Exército Americano.

²⁰ CANO, Ignácio. A ocupação Militar da Maré pode inspirar novas ações das tropas no Rio. O Globo, Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 2018. Entrevista concedida a Pedro Zuazo. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/ocupacao-militar-da-mare-pode-inspirar-novas-acoes-das-tropas-no-rio-22430880> acessado em 30 de julho de 2019.

²¹ SOUZA, Jailson. A ocupação Militar da Maré pode inspirar novas ações das tropas no Rio. O Globo, Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 2018. Entrevista concedida a Pedro Zuazo. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/ocupacao-militar-da-mare-pode-inspirar-novas-acoes-das-tropas-no-rio-22430880> acessado em 30 de julho de 2019.

²² HELENO, Augusto. A ocupação Militar da Maré pode inspirar novas ações das tropas no Rio. O Globo, Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 2018. Entrevista concedida a Pedro Zuazo. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/ocupacao-militar-da-mare-pode-inspirar-novas-acoes-das-tropas-no-rio-22430880> acessado em 30 de julho de 2019.

Para responder a questão- problema à pesquisa de campo proposta teve por finalidade investigar o tema e o objeto proposto inicialmente, isto é, a relevância da incorporação e adaptação da CIMIC - baseada nos conceitos internacionais - em missões no território nacional.

O universo pesquisado foi dos militares do EB, principalmente, os que já estiveram em Missões de Paz ou Operações de Garantia da Lei e da Ordem, por meio da análise dos resultados sobre o conhecimento da CIMIC. Um questionário sobre o tema foi elaborado de maneira que isso contribuísse para o desenvolvimento da compreensão da problemática identificada neste estudo.

A investigação por amostragem foi acionada no dia 20 de maio de 2019, por meio de um questionário enviado para 350 militares pela ferramenta Google Doc, porém, devido a diversos fatores, apenas 200 responderam. O objetivo do questionário era o de tentar identificar o grau de conhecimento sobre a doutrina CIMIC no Exército Brasileiro. (Ver Anexo I).

3.1 RESULTADOS OBTIDOS

A partir da análise dos resultados obtidos na investigação, foi constatado que, mesmo após o Exército Brasileiro ter criado um manual específico tratando da Doutrina CIMIC, ainda é possível encontrar muitos militares que nunca tiveram contato próximo com a doutrina de Coordenação Civil Militar.

Nas 200 respostas obtidas referentes ao conhecimento sobre CIMIC 45,3% dos entrevistados relataram nunca terem obtido informações e 54,7% que conhecem o assunto. Essas afirmações demonstram que ainda não é de amplo conhecimento dos militares brasileiros o quanto é relevante a CIMIC numa operação, pois ao não se ter informações sobre, dificilmente o militar saberá como empregá-la numa missão e o quão ela fará diferença.

O que também preocupa é que 30% dos entrevistados que ocupam o posto de Capitão, ou seja, militares que já estão amadurecidos dentro do quadro funcional do Exército e que, possivelmente, logo estarão ocupando postos de comando, responderam que nunca obtiveram informações sobre doutrina CIMIC.

Já obteve informações sobre CIMIC?

200 respostas

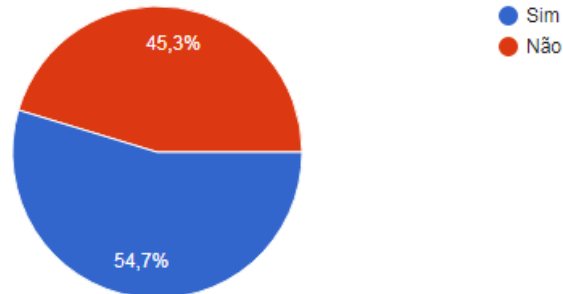


Figura 9 Questionário aplicado sobre CIMIC
Fonte: O autor

Dentro do universo de militares que responderam ter conhecimento sobre CIMIC, quando questionados sobre o porquê tal doutrina é importante numa operação, estranhamente percebe-se uma falta de domínio no assunto devido a simplicidade das respostas e ao fato de misturarem o conhecimento com aplicação de ACISO, fortalecendo a ideia de que CIMIC ainda não está no entendimento como uma doutrina que deve ser aplicada no planejamento da operação, mas sim uma ferramenta de interação para ser usada durante ou no final dela. Mas, pelo menos, 93% a consideram importante numa operação.

Você considera a doutrina CIMIC importante numa operação?

109 respostas

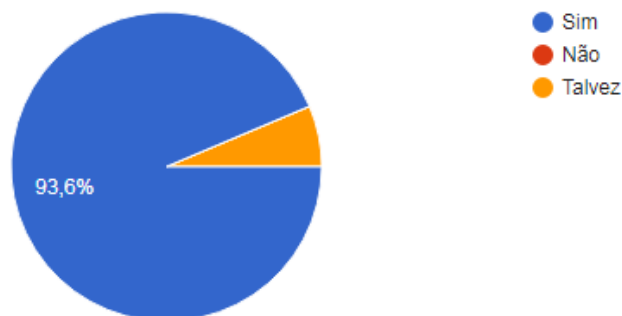


Figura 10 Questionário aplicado sobre a importância da CIMIC
Fonte: O autor

Tem que ter uma finalidade tática definida
Nas operações no amplo espectro dos conflitos, a vitória militar, isolada, não garante o êxito estratégico. Assim, as ações de CIMIC são imprescindíveis para o sucesso das operações
É fundamental atualmente em qualquer operação, a cooperação civil e militar
Interação com a sociedade, controle de danos, ações positivas à sociedade.
Porque potencializa o efeito das operações militares
Aproximação com a comunidade na qual estão inserida a op militar
Levantamento de dados de inteligência e op psico.
Aumenta a eficiência das ações desenvolvidas
Importante para coleta de informações e reforço entre as instituições

Figura 11 Amostra das respostas sobre a importância da CIMIC aplicada no questionário
Fonte: O autor

Além do mais, com a aplicação do questionário foi notória a observação que somente os militares que participaram de missões no exterior é que trabalharam em operação com emprego de Doutrina CIMIC. E, curiosamente, todas as respostas obtidas por Coronéis, um dos postos mais antigos da carreira e que sugerem alto padrão de conhecimento, demonstram o quão o Exército Brasileiro ficou afastado do conhecimento sobre CIMIC, pois nenhum deles relatou conhecer a doutrina.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo, por ser inovador na instituição de ensino, mostrou-se um desafio que o capitão se determinou a cumprir e não desviou dos objetivos traçados, devido à perseverança e confiança na capacidade de desenvolvê-lo.

Apesar do conceito de Coordenação Civil Militar não ser uma novidade em outros países, ainda no Brasil é jovem a doutrina, assim como o Manual Doutrinário produzido pelo Exército Brasileiro, como demonstrado no decorrer do trabalho. Por isso, a falta de informação, conteúdo e as dificuldades de pesquisa ainda geram uma compreensão errônea por quem busca entendimento conceitual sobre CIMIC.

Com os objetivos concluídos e realizados neste estudo, tornou-se gratificante verificar que conceitos vistos durante o curso de pós-graduação da EsAO podem ser aplicados e verificados com resultados satisfatórios.

O primeiro resultado satisfatório obtido com a pesquisa foi o da aceitação, por parte dos educadores e mestres em contribuir com o desenvolvimento do trabalho,

dando plena liberdade ao aluno para obter as informações necessárias para produção do mesmo.

Outro resultado obtido é o fato de se verificar, por meio da investigação científica, que o Exército Brasileiro possui ferramentas para aplicar a CIMIC e necessidade quando em missões de Garantia da Lei e da Ordem no país, visto o grau de violência somada com a crise da Segurança Pública brasileira.

A expertise obtida pelas inúmeras participações em missões no exterior e que contribuíram para a capacitação de pessoal no conhecimento sobre a doutrina CIMIC, indicam um processo de amadurecimento no entendimento da necessidade de aplicar a doutrina, também, nas missões internas.

Por outro lado, o artigo aponta para a necessidade de estas ações serem pensadas durante o processo de planejamento da missão, para que quando a tropa esteja em atividade numa determinada localidade, como a Maré, já chegue com todas as informações obtidas de maneira a facilitar o convívio com a população, a evolução das atividades e, principalmente, evitar quaisquer conflitos que possam prejudicar o sucesso nas conquistas dos objetivos e, conseqüentemente, ferir com a imagem da instituição. Por isso a pesquisa frisa a necessidade de difundir a doutrina CIMIC e desenvolvê-la para atender as demandas internas, tanto em missões de normalidade e não normalidade institucional.

Desta feita, conclui-se com o estudo que, durante a Operação São Francisco, as Ações Cívico Sociais (ACISO), que possibilitaram, em parceria com instituições públicas, a realização de casamentos, divórcios, registros de nascimento, entre outros feitos pela Justiça Itinerante, são ferramentas que contribuem para o sucesso de uma missão, mas que não podem ser confundidas como CIMIC, pois ela é apenas uma parte do que pode ser feito.

Quando se fala em CIMIC, é necessário um macro planejamento, ou seja, pensar em aplicações da doutrina antes, durante e depois da missão, de maneira a evitar, por exemplo, que a tropa passe pelo constrangimento de não conseguir realizar revistas por falta de liberação da justiça, ou por ser questionada na capacidade em usar a inteligência para antever situações, sem colocar a população e os militares em risco.

Mesmo tardio, quando comparado com demais países, é satisfatório verificar por meio da pesquisa que ocorre uma preocupação do EB em harmonizar a atuação da tropa nos conflitos modernos. A aplicação de técnicas diminui a exposição dos

militares, aumenta a responsabilidade da participação de entidades civis na atuação em locais conflituosos e permite o crescimento da extração de informações que possam ser relevantes para o sucesso da missão sem que seja preciso criar um cenário que lembre uma batalha, quando na verdade o conflito é no seu próprio país e, portanto, com seu próprio povo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Leonardo de Andrade. A INTERAÇÃO CIVIL E MILITAR NA SITUAÇÃO DE NÃO GUERRA: UMA ANÁLISE DAS LIÇÕES APRENDIDAS DA MINUSTAH. https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1534465732_ARQUIVO_Artigo_ENABED.pdf

BARROS, AIDIL J. S. e LEHFELD, Neide A. S. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. EB20-MC-10.201: Operações Interagências. 1ª Ed. 2013.

_____. Exército. Estado-Maior. EB20-MC-10.202: Força Terrestre Componente. 1ª Ed. 2014.

_____. Exército. Estado-Maior. EB-MD33-10: Garantia da Lei e da Ordem. 1ª Ed. 2014.

_____. Exército. Estado-Maior. EB-MC-10.223: Operações. 5ª Ed 2017.

_____. Exército. Estado-Maior. EB70-MC-10.221: Cooperação Civil-Militar. 1ª Ed. 2017.

CERQUEIRA, Bruno Soares. Cooperação Civil-Militar: Por que não ter uma doutrina própria. Artigo Publicado. Revista Doutrina Militar Terrestre, p. 30, jul/set/ 2013.

DEFESA, 2015 disponível em <https://www.defesa.gov.br/noticias/15370-forca-de-pacificacao-inicia-desocupacao-do-complexo-da-mare> acessado dia 23 de julho de 2019.

DÓRIA, Alexandre José Gomes, Lições aprendidas e os modelos de emprego das forças armadas em operações de GLO, Monografia, 2018. <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/3018>

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). FM3-57 Civil Affairs Operations. Department of the Army. 2014.

_____. Handbook on United Nations Multidimensional Peacekeeping Operations. Peacekeeping Best Practices Unit, Department of Peacekeeping Operations. 2003.

HEEMANN, Ademar. Texto Científico. Curitiba: Livraria do Eleotério, 2002.

HING, Telmo, A COOPERAÇÃO CIVIL – MILITAR E OS ASSUNTOS CIVIS NA DOCTRINA MILITAR NACIONAL, Lisboa 2010, disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11566/1/Maj%20Hing%20Coop%20Civil%20Militar%20e%20Assuntos%20Civis%20na%20Dout%20Militar.pdf>

JOKS, Adam. Civil-Military Cooperation (CIMIC) as a Relevant Element of Military Activities in Today's Security Environment. ARMY WAR COLL CARLISLE BARRACKS PA, 2011.

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho, Relações entre civis e militares nas operações de paz, e- cadernos CES [Online], 06 | 2009, colocado online no dia 01 dezembro 2009, consultado a 26 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/eces/354> ; DOI : 10.4000/eces.354

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). United Nations Civil-Military Coordination Specialized Training Materials (UN-CIMIC STM). Integrated Training Service, Division of Policy, Evaluation and Training, Department of Peacekeeping Operations & Department of Field Support, 2014.

_____. Civil-Military Coordination in UN Integrated Peacekeeping Mission (UN-CIMIC). Policy. Department of Peacekeeping Operations & Department of Field Support. 2010.

_____. Civil-Military Coordination Officer Field Handbook. Consultative Group on the Use of MCDA. Geneva, 2007.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN). AJP-9: NATO Civil-Military Co-Operation (CIMIC) Doctrine. NATO Standardization Agency. 2003.
PINHEIRO, Álvaro de Souza. As considerações civis, o terreno humano e o conflito do séc XXI.

SILVA, Eliana Sousa. A ocupação da Maré pelo Exército brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré, Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2017.

U.S. Army War College, Carlisle Barracks, PA. CIVIL-MILITARY COOPERATION (CIMIC) AS A RELEVANT ELEMENT OF MILITARY ACTIVITIES IN TODAY'S SECURITY ENVIRONMENT. COLONEL ADAM JOKS Polish Army, 2011.

UNIVERSIDADE PAULISTA. Guia de Normalização para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos da Universidade Paulista: Abnt. São Paulo, 2014.

SOUZA NETO, Abelardo Prisco de. O Emprego da Comunicação Social na Força de Pacificação do Complexo da Maré. Military Review. Tomo 70, n. 5, set./ out., 2015.

VALDETARO, Mauricio Dias Lopes. Apoio de Cooperação Civil-Militar (CIMIC) em Combate: uma proposta. Acesso: <http://www.ccopab.eb.mil.br/phocadownload/revista-ccopab/revista-ccopab-2017-2018/Revista-ccopab-2018.pdf>

O GLOBO, 2018 disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/ocupacao-militar-da-mare-pode-inspirar-novas-acoes-das-tropas-no-rio-22430880> acessado dia 01 de Agosto de 2019.

ANEXO I – SOLUÇÃO PRÁTICA

A pesquisa concluiu que o conceito de CIMIC, por ser relativamente novo no Brasil, resulta em entendimento conceitual errôneo sobre como empregar a doutrina nas atividades operacionais em território nacional e, apesar de possuir ferramentas para aplicá-la, e necessidade quando em missões de Garantia da Lei e da Ordem, não as utiliza de maneira proveitosa para atingir os objetivos militares.

Os atuais Teatros de Operações, que se desenvolvem em ambientes em que a população civil se faz presente, precisam contar com a CIMIC para que os militares ao iniciarem uma atividade em determinada região, cheguem “com todas as informações obtidas de maneira a facilitar o convívio com a população, a evolução das atividades e, principalmente, evitar quaisquer conflitos que possam prejudicar o sucesso nas conquistas dos objetivos e, conseqüentemente, ferir com a imagem da instituição”.

Dessa forma, coerente com o artigo redigido, segue-se sugestões de soluções práticas que buscam resolver a situação apresentada:

- Formular um novo manual doutrinário CIMIC utilizando como base trabalhos acadêmicos já produzidos e que apresentam sugestões para o desenvolvimento de atividades CIMIC em nível tático;
- Desenvolver um Manual de Lições Apreendidas que mostrem a falta que o emprego da CIMIC faz em Operações GLO, como a Operação São Francisco;
- Inserir nos estabelecimentos de ensino da linha bélica do EB uma disciplina que trate especificamente sobre CIMIC;
- Capacitar os militares do nível tático e estratégico sobre CIMIC, assim como outros Exércitos experientes fazem, investindo no constante aperfeiçoamento da mentalidade e no emprego da doutrina CIMIC;
- Realizar junto ao CCOPAB palestras e cursos que busquem informar e atualizar oficiais, subtenentes e sargentos sobre CIMIC; para que os citados tenham capacidade de difundir a doutrina nos corpos de tropa;
- Incorporar o planejamento e a execução de operações CIMIC nas oportunidades de emprego do EB nas futuras Op GLO;

ANEXO II- Questionário

Questionário para Artigo Científico sobre Ações de Cooperação Civil Militar do Exército Brasileiro, requisito para formação no curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)

Este formulário busca identificar o nível de conhecimento sobre a doutrina CIMIC dos militares brasileiros que participaram de Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no território Nacional e de Missões de Paz.

*Obrigatório

1. Qual seu posto/graduação? [▲]

(Marque todos que se aplicarem.)

- General
- Coronel
- Tenente Coronel
- Major
- Capitão
- 1º Tenente
- 2º Tenente
- Aspirante
- Sub-Tenente
- 1º Sargento
- 2º Sargento
- 3º Sargento
- Cabo
- Soldado

2. Qual sua arma, quadro ou serviço? [▲]

3. Em quantas operações GLO ou Missões de Paz já esteve? [▲]

4. Cite-a.c. (Se não participou apenas colocar um traço.) [▲]

Exemplo: Op São Francisco.

ANEXO III – Continuação Questionário

5. Já obteve informações sobre CIMIC? [▲]

(Marcar apenas uma oval).

- Sim *Ir para a pergunta 8.*
- Não *Ir para a pergunta 10.*

continuação

6. Como obteve o conhecimento sobre CIMIC? [▲]

(Marque todas que se aplicarem).

- Palestras
- Cursos
- Iniciação
- Manuais
- Internet
- Leituras da área militar
- Outro: _____

7. Já participou de operação com emprego de doutrina CIMIC? [▲]

(Marcar apenas uma oval).

- Sim
- Não

8. Você considera a doutrina CIMIC importante numa operação? [▲]

(Marcar apenas uma oval).

- Sim
- Não
- Talvez

9. Justifique sua resposta. [▲]

continuação

10. Já participou de ACIBO no contexto de Operação GLO ou em Missão de Paz? [▲]

(Marcar apenas uma oval).

- Sim
- Não
- Talvez
- Não sei.

ANEXO IV – Última parte do questionário

5. Já obteve informações sobre CIMIC? [▲]

(Marcar apenas uma oval).

- Sim *Ir para a pergunta 8.*
- Não *Ir para a pergunta 10.*

continuação

6. Como obteve o conhecimento sobre CIMIC? [▲]

(Marque todas as que se aplicarem).

- Palestras
- Cursos
- Inauguração
- Manuais
- Internet
- Leituras da área militar
- Outro: _____

7. Já participou de operação com emprego de doutrina CIMIC? [▲]

(Marcar apenas uma oval).

- Sim
- Não

8. Você considera a doutrina CIMIC importante numa operação? [▲]

(Marcar apenas uma oval).

- Sim
- Não
- Talvez

9. Justifique sua resposta. [▲]

continuação

10. Já participou de ACIBO no contexto de Operações GLO e/ou em Missões de Paz? [▲]

(Marcar apenas uma oval).

- Sim
- Não
- Talvez
- Não sei.
- Não sei o que é isso.